

Intervenção do deputado Mário de Oliveira na Assembleia Nacional Portuguesa (Lisboa, 12 Dezembro 1957)

Source: Diário das Sessões. 12.12.1957, n° 5. Lisboa: Assembleia Nacional.

Copyright: All rights of reproduction, public communication, adaptation, distribution or dissemination via Internet, internal network or any other means are strictly reserved in all countries.

The documents available on this Web site are the exclusive property of their authors or right holders.

Requests for authorisation are to be addressed to the authors or right holders concerned.

Further information may be obtained by referring to the legal notice and the terms and conditions of use regarding this site.

URL:

http://www.cvce.eu/obj/intervencao_do_deputado_mario_de_oliveira_na_assembleia_nacional_portuguesa_lisboa_12_dezembro_1957-pt-532ca440-2285-4265-91eb-fcadfb1dd7e4.html

Publication date: 24/10/2012

Intervenção do deputado Mário de Oliveira na Assembleia Nacional Portuguesa (Lisboa, 12 Dezembro 1957)

O Sr. **Mário de Oliveira**: — Sr. Presidente: sempre que um novo Deputado sobe pela primeira vez a esta tribuna, é norma tradicional desta Casa dirigir a V. Ex.^a, Sr. Presidente, uma palavra de saudação.

Se o simples sentido da tradição constitui, por si só, para mim, um factor de singular importância, o caso particular de V. Ex.^a comporta ainda um imperativo de consciência para quem reconhece a forma como V. Ex.^a tem conseguido merecer a estima, o apreço e o respeito dos seus pares.

São, pois, as minhas primeiras palavras determinadas por esses mesmos sentimentos que, afinal, reconduziram V. Ex.^a à posição conquistada, por méritos próprios, no decurso de quatro legislaturas.

Sr. Presidente: na minha primeira intervenção nesta Assembleia desejo acentuar quanto é grato ao meu espírito o poder conviver com os meus colegas, na camaradagem de um trabalho construtivo, na consciente atitude de quem quer servir devotadamente a Nação.

E suponho que se servirá tanto melhor o País quanto mais amplamente se discutirem os problemas que se forem suscitando na comunidade portuguesa, procurando interpretá-los objectivamente na incidência do plano político, na vivência comum dos princípios que informam o regime e na polaridade dos superiores interesses da grei.

Vozes: — Muito bem!

O **Orador**: — Tenho para mim que a vida activa dos nossos dias, pela multiplicidade das suas expressões, pelo teor das suas exigências de bem-estar, constitui, por si só, um fenómeno de transcendente relevo, que importa ser examinado em larga perspectiva de observação política.

Se o asserto tem um sentido intencional de generalidade, ele reveste particular expressão no quadro da vida económica.

Ainda recentemente o venerando Chefe do Estado, na mensagem dirigida à Nação, quando do acto inaugural da VII Legislatura, observou que “as aspirações perfilhadas pelos economistas são, a bem dizer, sem limites, e não parece haver meio de dar-lhes satisfação em curto período. A realidade mostrará que nem os mais poderosos fazem no Mundo o que querem, mas só o que podem”.

Esta limitação da capacidade realizadora dos povos e das nações, que decorre da própria condição humana, deve, de facto, constituir um termo de conduta política onde não caibam as representações quiméricas, pela simples transposição do resultado de especulações científicas para o quadro da vida política.

Mas, se é incontroverso que este condicionalismo não pode nem deve ser esquecido, como expressão do sentido realista e valorativo em que deve inspirar-se e desenvolver-se o nosso mandato, não é menos certo que sobre nós impende a dura tarefa de buscar afanosamente novas expressões de pensamento, em ordem a procurar obter sempre melhores perspectivas de acção e realização.

“Estudar na dúvida e realizar na fé” foi um conceito que Salazar ensinou aos Portugueses e que deve constituir a atitude de princípio de quem quer viver objectivamente a ordem política.

Diz a filosofia que a Forma e a Vida são dois termos em constante conflito. De facto, se a vida é um permanente movimento criador, uma fonte inesgotável de cultura, é indispensável que a Forma, que lhe determina a concepção e lhe confere o sentido, procure interpretá-la à luz da sucessão dos factos e na incidência dos permanentes anseios e esperanças de bem-estar que são apanágio da vida humana.

Se assim se não proceder, é certo que a Forma perderá conteúdo e actualidade, por não responder às próprias solicitações da Vida.

Esta nota vem para dizer que é justamente na ordem política, e muito particularmente na expressão económica desta, onde o conceito assume singular relevância.

Ai dos regimes que não olham atentamente a vida que os cerca, que não procuram interpretar, em permanente inspiração dos princípios que os informam, as múltiplas expressões da vida activa no sentido de readaptar as suas estruturas e o seu comportamento funcional por maneira a responder às solicitações das comunidades que representam e servem.

Vozes: — Muito bem!

O **Orador:** — O regime político português está isento dessa culpa no seu alinhamento constitucional, pois incumbem-lhe debruçar-se sistematicamente sobre a vida da Nação através da estrutura corporativa que adopta, a impor e a estabelecer comunicabilidade com os vários ramos da actividade nacional. O regime está ainda isento dessa culpa pela particular consideração que sempre dispensa aos fenómenos da vida internacional.

Enquanto tantos países do mundo livre se encerram teimosamente no imobilismo do seu formulário político clássico, impregnado ainda do sentido e da cadência de um sistema de vida que se prestava sobremaneira ao academismo parlamentar e à comparticipação estanque e antagónica das tendências políticas, Portugal responde a sua época com uma concepção de regime que tende a acolher dentro de si os influxos da vida activa, na esclarecida e ordenada expressão do seu sentido reivindicativo, no reconhecimento orgânico da sua diversificação natural.

A coordenada dos interesses da Nação pode assim reconhecer-se na consciente atitude do Estado Português perante os fenómenos políticos que o rodeiam.

Isto confere ao Estado Corporativo Português um teor de conhecimentos sobre os problemas da Nação que não só robustece o princípio da sua autoridade política, como até consolida a sua legitimidade na consciência dos Portugueses.

Mas, se assim sinto e penso, não quero significar com isto que não existam vícios e imperfeições de estrutura e de funcionamento no plano da Administração portuguesa.

Ao contrário, reconheço que nesse plano estão ainda incrustados defeitos, que importa remover para que o comportamento funcional da Administração possa efectivamente traduzir, na sua plenitude, a dignidade dos princípios que superiormente a inspiram e a sua verdadeira capacidade potencial de actuação no quadro da vida pública.

Neste campo muito há ainda a fazer e muito pode esta Assembleia contribuir para assinalar os erros e sugerir as rectificações que urge estabelecer no sentido de procurar e encontrar os métodos mais consentâneos com as exigências do interesse nacional.

Pelo que é, e sobretudo pelo que pode vir a ser, o regime político português oferece fundados motivos de confiança aos Portugueses.

Por mim, honro-me de o servir, na vivência dos seus princípios e na devoção que sempre dediquei à excelsa figura de Salazar, esse extraordinário português cujo corpo de doutrina legado ao seu país constitui um património de inestimável valor histórico e moral.

Vozes: — Muito bem, muito bem!

O **Orador:** — Que Deus lhe dê longa vida e saúde para completar a sua missão histórica são os votos que sempre me determinam quando invoco a sua insigne personalidade moral e política.

Vozes: — Muito bem, muito bem!

O **Orador:** — Dir-se-á que me desviei, em excursão de generalidades, do quadro do debate sobre a proposta da Lei de Meios para 1958.

Fi-lo, porém, no consciente propósito de determinar, explícita embora sucintamente, o domínio da atitude de princípio em que me movo e moverei para apreciar os problemas concretos que se irão pôr à consideração desta Assembleia.

Suponho poder dizer-se, com propriedade, que o relatório que precede a Lei de Meios para o ano de 1958 constitui um vivo testemunho daquilo que, em parte, atrás deixei referido.

A larga perspectiva em que se considera o panorama económico-financeiro denuncia o alto grau de informação do Governo para avaliar da problemática nacional.

A ampla visão do panorama internacional que o notável relatório do Sr. Ministro das Finanças nos proporciona, a objectividade do exame dos problemas que neste domínio se suscitam e os suas incidências no caso português traduzem bem a detida atenção que o Governo dispensa ao que se passa pelo Mundo. E há, de facto, renovados motivos para o fazer num momento em que as comunidades humanas, independentemente das latitudes em que se encontrem situadas e mercê das extraordinárias realizações da nossa época no campo da ciência e da técnica, sentem o progressivo encadeamento dos seus múltiplos problemas, a íntima interdependência das suas determinações e reflexos políticos.

O caso da Europa é disso um expressivo exemplo, com o seu movimento de cooperação em ordem a procurar uma estrutura que a faça reerguer, em potencialidade, ao plano dos dois blocos hegemónicos que se digladiam no Mundo desde o fim da última guerra.

Esse esforço de cooperação representa, de facto, um vivo testemunho dessa aproximação, da interdependência dos problemas particulares das nações e da solidariedade dos interesses do mundo livre.

Resta saber em que medida falta ainda sobrepor a esse sentimento de cooperação, que tão expressivamente se está a processar na Europa, o reconhecimento da necessidade de adoptar comumente um elenco de princípios que sirva, no plano pragmático, a conveniente unidade de pensamento e acção.

Dou por isso o meu caloroso apoio à posição tomada pelo Governo em relação a esta atitude de se deter na análise dos problemas económicos internacionais, cuja transcendente importância não é de mais encarecer.

Portugal, não podendo esquecer a sua condição europeia, não pode também deixar de reconhecer que os seus interesses vivem para além do domínio continental.

A projecção lusíada tem a sua incidência nos cinco partidas do Mundo e nada do que nele se passa pode ser indiferente ao interesse português, naturalmente inclinado a viver o plano ecuménico como termo da sua própria identidade histórica e cristã.

De qualquer modo, o movimento de integração europeia, que tão avassaladoramente progride, constitui motivo de particular apreensão para os Portugueses.

Apreensão que se não confina ao campo estritamente económico — já de si repleto de dificuldades e motivos de dúvida —, mas que o transcende para se situar no quadro das mais altas considerações étnicas e geopolíticas.

Seja como for, o problema suscitado pela criação do mercado comum no centro da Europa e da zona de livre-câmbio provoca uma série de problemas no domínio nacional que urge enfrentar corajosamente, sob pena de nos demitirmos da nobre tarefa de fazer de Portugal uma “grande e próspera nação”.

Qualquer que seja o caminho a seguir nesta dramática encruzilhada da política económica europeia, o certo é que está posta à consciência de todos nós a imperativa necessidade de cooperação, sentimento esse que está a fortalecer-se dia a dia na Europa, em presença dos factores que se reconhece constituírem os elementos impeditivos do seu restabelecimento económico.

O Tratado de Roma constitui já uma grande realidade desse movimento de cooperação.

Entretanto o poder criador do Europeu já não encontra suficiente campo de realização no seu continente. Daí, porventura, a sua progressiva emigração para os novos mundos, ocidental e oriental — para um ou outro, consoante as suas inclinações conceituais, mas quase sempre na determinação do desejo de encontrar meios necessários de realizar aquilo que o seu génio produz e que está em perfeita consonância com os mais evoluídos termos da cultura e da ciência humanas.

A Europa adquiriu a exacta noção da sua impotência perante a necessidade de solver os problemas económicos que a afligem enquanto persistir na sua estrutura clássica.

Daí o sentimento da necessidade de cooperação no sentido de promover novas condições produtivas e de comercialização.

O problema central das dimensões dos mercados de cada nação representa, a bem dizer, o fulcro das dificuldades que importa vencer no quadro europeu.

Se a nação é, em si, a entidade que detém no plano comunitário o comando da vida económica, isso não obsta a que se reconheça e proclame a escassez do respectivo espaço territorial para enfrentar os problemas económicos actuais.

A conjuntura mundial traz à colação e à evidência que alguma coisa se pode fazer no sentido de progredir no plano da coordenada dos interesses comuns das nações que constituem a Europa Ocidental. De facto, a rigidez das fronteiras económicas, a perspectiva exclusivista dos planeamentos nacionais, a inconsideração dos legítimos interesses das outras nações, têm provocado outros tantos problemas, que vão agravando, em sucessivos passos, as condições do equilíbrio económico internacional, pela sistemática mutação das correntes comerciais estabelecidas e radicadas.

A Europa caminha hoje sob o signo desta atmosfera para reencontrar a sua individualidade e a sua estrutura apropriada. Sem querer pronunciar-me detidamente sobre a problemática suscitada por este movimento, que parece querer atingir termos excessivamente evoluídos na estruturação de órgãos supranacionais, o certo é que não pode desconhecer-se o próprio fenómeno em si como termo de um clima político que importa ser considerado pelas forças representativas da produção nacional.

Se a tendência que, explícita e concretamente, se manifesta na Europa traduz o propósito de intensificar as correntes comerciais, no integral aproveitamento do grandioso mercado que oferece o espaço euro-africano — já que a Europa não poderia sobreviver em face de uma cisão dos dois continentes —, importa tomar a consciência da situação e tirar dela as ilações que efectivamente contém.

Se se não vêem com clareza muitas das consequências do processamento que está em curso para a estruturação do mercado comum europeu e do seu quadro adjacente, a consubstanciar-se na idealizada zona do comércio livre, algumas há que se podem avaliar desde já para o caso português.

Avultam, entre outras, como bem nos assinala o Sr. Ministro das Finanças no seu notável relatório, as que se traduzem na diferença relativa das potencialidades económicas no termo da arrancada daquele movimento.

Com a sua economia baseada no predomínio do factor agrícola e uma indústria que ensaia, a bem dizer, os seus primeiros passos de progressão, o caso português oferece sérias preocupações a quem meditar alguns momentos sobre os meios concebidos para levar a cabo a integração europeia.

Sem querer particularizar os termos da apreensão, pode, todavia, assinalar-se que no domínio agrícola, mercê da sua fraca produtividade e do quadro de sub emprego que comporta o poder de concorrência dos produtos estrangeiros, alentado pela redução progressiva das barreiras alfandegárias, tende a alastrar, atingindo o fluxo das nossas correntes de comercialização interna e externa, pelo menos no que respeita a alguns produtos.

No domínio industrial o mesmo perigo se verifica, porventura até agravado, na consideração dos avanços técnicos e dos níveis dimensionais das respectivas empresas.

Ora as vicissitudes da agricultura nacional interessam também à nossa indústria, sabido como é que o sector agrícola, pela sua estatura relativa no quadro económico português, desempenha um alto papel na determinação dimensional do nosso mercado de consumo.

O problema oferece por si próprio tal acuidade que nos permitimos deter um pouco mais neste aspecto.

Como é sabido, os princípios que inspiram a criação do Euromercado assentam essencialmente na determinação de atingir um livre-cambismo, embora condicionado a prévia reorganização do respectivo mercado dirigido a um termo de produtividade ideal.

Pretende-se, sobretudo, estabelecer um novo esquema de equilíbrio, afeiçoado à escala das dimensões do nascente mercado europeu.

Assim, perante a própria realidade do movimento de integração que se verifica e em face do nosso condicionalismo económico, pletórico de dificuldades e incidências paralisantes, parece dever olhar-se seriamente para a exigente necessidade de fazer acelerar o nosso processo de estruturação económica, quer no domínio agrícola, quer no industrial, tendo em conta o imperativo da produtividade.

Relativamente ao campo industrial, parece mesmo dever procurar convolar-se nos grandes empreendimentos o interesse dos capitais estrangeiros. Se a presença deste seria noutros tempos indesejável, na medida em que os interesses nacionais consubstanciavam em si o termo cimeiro da hierarquia dos valores comunitários, parece que hoje, quando se debatem problemas que transcendem amplamente o quadro estrito das nações, consideradas em si próprias, para se situarem no plano dos continentes e das civilizações, há que rectificar juízos de valor sobre os meios de favorecer o robustecimento da individualidade económica e moral da Europa em face das duas hegemónias mundiais.

Independentemente de se reconhecerem as razões expostas, a verdade é que o problema reverte tal acuidade que importa ser considerado perante a inibição competitiva em que necessariamente se há-de vir a encontrar a comercialização de grande parte dos nossos produtos industriais.

Convolar parcimoniosamente os interesses dos capitais estrangeiros no plano da nossa reestruturação económica será, decerto, proceder de harmonia com o interesse nacional, na medida em que esses capitais sejam atraídos às duas ordens de preocupações em que pode sintetizar-se o problema económico português: a do reajustamento harmonioso da nossa estrutura e da nossa produtividade agro-industrial metropolitana e a do fomento essencialmente espacial dos nossos territórios ultramarinos.

A presença mais expressiva de capitais estrangeiros no enquadramento do nosso potencial financeiro e através de providências adequadas poderia trazer, em nossa opinião, para além do reforço das nossas disponibilidades monetárias, estímulo à iniciativa privada, por lhe proporcionar, não só uma assistência técnica qualificada, mas ainda a maior probabilidade de penetração dos nossos produtos nos mercados internacionais, onde a maior parte deles perderia lugar no plano estritamente competitivo, pela desproporção das forças concorrenciais em jogo.

Neste quadro de circunstâncias reveste particular importância o grave problema do agravamento do saldo negativo da nossa balança comercial, facto esse que o Sr. Ministro das Finanças assinala com especial cuidado no seu relatório.

Se esse agravamento pode ter a sua explicação no quadro do condicionalismo de importação de equipamento industrial, o facto é que não se deu uma evolução favorável do lado da nossa exportação, cuja potencialidade continua a assentar num elenco restritíssimo de produtos, sujeito ainda por cima a uma procura perigosamente oscilante.

A economia portuguesa, precisamente porque não pode ter veleidades autárquicas, por carência de potencial produtivo e de mercado de consumo, vive no constante reflexo dos caprichos de procura externa dos nossos produtos metropolitanos e ultramarinos.

A própria composição do produto nacional bruto recebe desse condicionalismo expressiva influência.

Se os produtos metropolitanos não possuem o carácter que lhes confere um sentido de comercialidade seguro, os do ultramar vivem na plena dependência dos mercados externos, pois não detêm o suporte económico suficiente de consumo no respectivo mercado produtor.

A vulnerabilidade da nossa economia está, pois, patente, e bem faz o Sr. Ministro das Finanças em mostrar lealmente ao País os perigos que corremos.

Tudo aquilo que se faça, portanto, no sentido de ampliar a nossa gama de produtos de exportação, na particular exigência de um sentido de produtividade, constitui urgente imperativo da nossa política económica.

Tem-se falado muito de espírito de empresa, e diz-se, com frequência, que o Português não o tem revelado na esfera do nosso desenvolvimento económico.

O facto, porém, é que para tal influem circunstâncias de vária ordem, nomeadamente as que decorrem da reduzida dimensão do nosso mercado de consumo e da posição de desvantagem que mantemos em face dos países mais evoluídos.

Ora estas circunstâncias não incitam, evidentemente, ao investimento privado. E, apesar disso, muito se tem feito neste campo, a denunciar o espírito de iniciativa dos Portugueses.

Se nem tudo deve pedir-se ao Estado para que remova as dificuldades e impulse as iniciativas, a verdade é que a ele está reservado alto papel no grande empreendimento que visa transformar a fisionomia económica nacional.

Através dos investimentos públicos e do encaminhamento esclarecido da iniciativa privada, poderá o Estado contribuir fortemente para acelerar o desenvolvimento do nosso processo económico. E a sua contribuição será tanto mais relevante quanto maior grau de acessibilidade se proporcionar na utilização das infra-estruturas, designadamente das que produzem energia motora, quanto mais intensivo e coordenado for o processo de ordenamento das estruturas empresariais e o do dimensionamento das unidades produtivas.

Neste campo muito há ainda a esperar do Estado quando nos dispusermos, com os olhos postos no bem comum, a rever alguns métodos no sentido de reconhecermos que o factor financeiro deve ser chamado a servir mais intimamente a ordem económica, onde reside afinal a seiva, o substrato de todo o sistema tributário.

Se o Plano de Fomento em curso tem contribuído fortemente para a evolução favorável da nossa economia, o próximo plano, a abranger o período de 1959 a 1964, constitui uma esperança para os Portugueses, que querem ver impulsionada, com dobrado vigor, a política de elevação do seu nível de vida, no quadro de uma mais justa repartição do rendimento nacional.

Permitam as circunstâncias que esse novo plano possa ser servido por adequados meios de acção e realização, quer no domínio do crédito interno e externo, quer no da assistência técnica, quer ainda no do

comportamento coordenado dos órgãos da Administração.

Quando assim se proceder obter-se-á um amplo e favorável reflexo político, pela activa colaboração do factor humano, representado no comum dos Portugueses.

Para tal dispõe o Governo de dois preciosos elementos adjuvantes: um povo magnífico, de boa índole, de extremado patriotismo, de comprovada capacidade realizadora, e um regime que favorece a serena análise dos problemas, na plena comunicabilidade com a Nação e sem necessidade de se confundir com o turbilhão da vida social inorgânica.

Não vão propícios os tempos para exagerados optimismos, mas há fundadas esperanças para crer, em consciente e consequente vivência dos princípios que informam o regime, num futuro melhor para os Portugueses.

O relatório da proposta da Lei de Meios para o ano económico de 1958 representa, de facto, a fiel exposição dos problemas económicos nacionais e traduz, em plena objectividade, a ordem de preocupações que eles determinam.

Pena é que a parte dispositiva da proposta, como bem comentou há dias um jornal vespertino de Lisboa, não traduza mais explicitamente o elenco genérico das determinações que o Governo se propõe estabelecer no sentido de enfrentar as preocupações enunciadas.

Se assim procedesse o Governo proporcionaria, decerto, a esta Assembleia a emissão de um voto mais esclarecido.

Compreende-se, todavia, a necessidade de o Governo dispor de ampla mobilidade de acção no sentido de ajustar o seu comportamento a uma conjuntura em constante mutação.

E isso é condição suficiente para, em meu juízo, dar ao Governo o apoio de que ele carece para enfrentar a dura tarefa que lhe está cometida na delicada emergência por que passa a nossa política económico financeira.

Tenho dito.

Vozes: — Muito bem, muito bem!

O orador foi muito cumprimentado.